

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

“O presente Estudo Técnico Preliminar é elaborado em conformidade nos artigos 6º, inciso XX, e 18, § 1º da Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021.”

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEMÁS

APOIO TÉCNICO: Gerência de Engenharia – REYNALDS LUCAS NASCIMENTO DE SOUZA
(Responsável Técnico CREA: 35650AM)

NECESSIDADE DO ÓRGÃO REQUISITANTE: Contratação de empresa especializada em engenharia para a execução de serviços de reforma do Prédio do Centro de Convivência do Idoso, localizado na Rua Italiano, s/nº, Centro - Município de Careiro/AM.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

“Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021”.

A edificação onde funciona o Centro de Convivência do Idoso do Município de Careiro/AM apresenta desgaste natural decorrente do tempo de uso, bem como inadequações estruturais, funcionais e de acessibilidade que comprometem o pleno desenvolvimento das atividades socioassistenciais ali realizadas.

O Centro de Convivência do Idoso constitui equipamento público essencial à política municipal de assistência social, sendo espaço destinado à promoção do envelhecimento ativo, da convivência comunitária, do fortalecimento de vínculos familiares e sociais, além da realização de atividades culturais, recreativas e de inclusão social voltadas à população idosa.

A presente demanda decorre da necessidade de assegurar condições adequadas de uso, segurança, salubridade, acessibilidade e conforto aos usuários, considerando as especificidades do público atendido, em especial pessoas idosas, muitas delas com mobilidade reduzida.

As condições atuais da edificação evidenciam limitações que impactam negativamente a funcionalidade dos ambientes, a segurança dos usuários e servidores, bem como a adequada execução das atividades previstas na política pública de assistência social.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a realização de serviços de reforma, adequação e modernização do prédio, de modo a prolongar sua vida útil, preservar o patrimônio público e assegurar a continuidade das atividades desenvolvidas, em consonância com o interesse público e os princípios da eficiência e economicidade.

2. ÁREA REQUISITANTE:

A Secretaria Municipal de Assistência Social é a área requisitante da presente contratação, sendo

responsável pela gestão, coordenação e execução das políticas públicas de assistência social no âmbito do Município de Careiro/AM.

Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social identificar as necessidades relacionadas à manutenção, adequação e melhoria dos equipamentos públicos destinados ao atendimento da população idosa, bem como acompanhar a execução da obra quanto à adequação às finalidades sociais do equipamento.

ÁREA/ÓRGÃO REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
Secretaria Municipal de Assistência Social	Neilson de Sena Costa
Apoio Técnico: Gerência de Engenharia e Assessoria Técnica REYNALDS LUCAS NASCIMENTO DE SOUZA (Responsável Técnico CREA: 35650AM)	

Como apoio técnico especializado, atua a Gerência de Engenharia e Assessoria Técnica, unidade responsável por subsidiar tecnicamente o processo de planejamento da contratação, incluindo a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, análise de viabilidade, definição da solução construtiva, compatibilização de projetos, estimativa de custos, bem como o acompanhamento técnico da execução contratual.

A atuação integrada entre a área requisitante e o apoio técnico assegura que a contratação esteja devidamente alinhada às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, às normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, às legislações e políticas públicas voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa, às normas técnicas da ABNT, bem como aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, sustentabilidade e governança, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo que a solução adotada atenda de forma adequada ao interesse público e às finalidades sociais do equipamento público.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

“Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução.
(Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021”.

A contratação tem por finalidade a execução integral dos serviços de reforma do Prédio do Centro de Convivência do Idoso, compreendendo intervenções em edificação existente, incluindo serviços preliminares, demolições controladas, recuperação e adequação estrutural pontual, cobertura, instalações elétricas e hidrossanitárias, adequações de acessibilidade, revestimentos, pintura, acabamentos e demais serviços necessários à plena funcionalidade do imóvel.

A realização da obra é essencial para o Município de Careiro/AM, pois visa garantir a melhoria da infraestrutura da rede municipal de assistência social, proporcionando melhores condições de atendimento à população idosa e de trabalho aos profissionais, especialmente diante de condições estruturais que limitam e comprometem a oferta de serviços essenciais da assistência social da pessoa idosa.

A seguir, apresentam-se os requisitos essenciais da contratação, abrangendo a modalidade de licitação, o regime de execução, a habilitação técnica e as obrigações das partes, de modo a

assegurar que a obra seja executada com eficiência, segurança e integral conformidade legal:

3.1. Modalidade e Regime de Execução:

- a) A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Concorrência, na forma eletrônica, adotando-se o critério de julgamento pelo menor preço global, em estrita observância ao disposto nos arts. 6º, inciso XXIX, 17, § 2º, e 34 da Lei Federal nº 14.133/2021. A adoção dessa modalidade justifica-se em razão do porte da obra, da complexidade técnica envolvida, do valor estimado da contratação e da necessidade de assegurar ampla competitividade entre empresas devidamente qualificadas, garantindo julgamento econômico adequado, além da observância dos princípios da isonomia, transparência, legalidade e segurança jurídica do certame.
- b) O regime de execução adotado será o de empreitada por preço global, conforme previsto no inciso II do art. 46 da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo qual a contratada assumirá a responsabilidade integral pela execução da obra, compreendendo o fornecimento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos, insumos, transporte, bem como o cumprimento de encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários e demais custos necessários à completa e adequada execução do objeto.
- c) Os serviços objeto da contratação caracterizam-se como obras de engenharia, consistindo na reforma do Prédio do Centro de Convivência do Idoso, abrangendo, dentre outros, serviços preliminares, implantação do canteiro de obras, execução de fundações, estrutura, vedações, cobertura, revestimentos, esquadrias, instalações elétricas, hidrossanitárias, climatização, sistema de proteção contra descargas atmosféricas – SPDA, acabamentos, adequações de acessibilidade, urbanização do entorno e demais serviços necessários à plena funcionalidade da edificação, em conformidade com o projeto executivo, especificações técnicas, normas da ABNT, diretrizes da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, às normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e demais exigências legais aplicáveis.

3.2. Requisitos de Habilitação Técnica:

- a) Os interessados deverão comprovar atuação em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, apresentando documentação completa que demonstre capacidade técnica, operacional e profissional, nos termos do art. 62, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, de modo a assegurar que a empresa possua experiência e estrutura adequadas para a execução da obra.

3.2.1. Certificação da Pessoa Jurídica:

- a) Comprovação de registro ativo e regular da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, compatível com o objeto da contratação, assegurando a legalidade e a habilitação técnica da pessoa jurídica para a execução de obras de engenharia civil;
- b) Apresentação de atestados de capacidade técnica, devidamente emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de obras de engenharia de porte e complexidade semelhantes à construção ou reforma de edifícios ou edificações de natureza similar, demonstrando a aptidão da empresa para gerir, executar e concluir o

objeto contratado;

- c) Os atestados deverão conter, no mínimo, informações relativas ao objeto executado, período de execução, local da obra, quantitativos ou características relevantes, bem como a identificação do emitente, permitindo a verificação da compatibilidade técnica com o objeto da licitação.

3.2.2. Certificação da Pessoa Física (Qualificação Técnico-Profissional):

- a) Apresentação de registro ativo e regular no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU de todos os profissionais técnicos diretamente envolvidos na execução da obra, assegurando que a condução técnica dos serviços seja realizada por profissionais legalmente habilitados;
- b) Indicação obrigatória de pelo menos um engenheiro civil ou arquiteto e urbanista como responsável técnico principal pela obra, o qual deverá acompanhar, orientar e supervisionar a execução dos serviços, bem como assinar as medições, relatórios técnicos e demais documentos técnicos relacionados à execução contratual;
- c) Apresentação da correspondente Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, conforme o caso, antes do início da execução dos serviços, em conformidade com a legislação profissional vigente.

3.2.3. Capacidade Operacional da Empresa:

- a) Apresentação de atestados de capacidade técnica operacional, referentes a obras concluídas ou em andamento, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, admitida a soma de atestados para fins de comprovação dos quantitativos ou características mínimas exigidas, desde que compatíveis com o objeto da contratação;
- b) Os atestados deverão demonstrar a capacidade da empresa em planejar, gerenciar e executar obras de engenharia de porte e complexidade semelhantes, evidenciando o cumprimento de prazos, a adoção de boas práticas construtivas e a entrega de serviços com qualidade, segurança, desempenho e conformidade com as normas técnicas e legais aplicáveis;
- c) Poderá ser exigida, quando pertinente, a comprovação da disponibilidade de equipe técnica mínima, equipamentos e estrutura operacional compatíveis com a execução da obra, de forma a assegurar a adequada execução do objeto contratado.

3.2.4. Capacidade Profissional do Responsável Técnico:

- a) Apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo CREA ou CAU, ou documento equivalente legalmente aceito, que comprove a experiência do responsável técnico em obras de engenharia de características, porte e complexidade semelhantes ao objeto da contratação, especialmente edificações públicas;
- b) O responsável técnico indicado deverá demonstrar conhecimento técnico e experiência prática suficientes para supervisionar, orientar e acompanhar a execução da obra, assegurando a conformidade com os projetos executivos, normas técnicas da ABNT, diretrizes da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, padrões de qualidade,

segurança do trabalho e exigências contratuais;

- c) Caberá ao responsável técnico garantir a correta execução dos serviços, a adoção de soluções técnicas adequadas e o atendimento às determinações da fiscalização da Administração.

3.2.5. Vínculo Empregatício:

- a) Comprovação formal do vínculo empregatício, societário ou contratual de cada profissional técnico indicado, por meio de documentação idônea, ou, alternativamente, apresentação de declaração formal de contratação futura, comprometendo-se a empresa a manter os profissionais vinculados durante toda a execução da obra;
- b) Eventuais substituições de profissionais técnicos somente poderão ocorrer mediante prévia e expressa aprovação da fiscalização da Administração, devendo os profissionais substitutos possuir qualificação técnica e experiência iguais ou superiores às do profissional substituído, de forma a assegurar a continuidade dos serviços e a manutenção do padrão técnico exigido;
- c) É vedada a utilização de um mesmo profissional técnico para comprovação de vínculo ou qualificação em mais de uma licitante, sob pena de inabilitação, visando preservar a lisura do certame, a isonomia entre os concorrentes e a efetiva disponibilidade técnica dos profissionais indicados.

3.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A empresa vencedora do certame, doravante denominada **CONTRATADA**, obriga-se, além do fiel cumprimento das disposições legais aplicáveis e das condições estabelecidas no edital, no contrato e em seus anexos, a observar integralmente as responsabilidades a seguir descritas, de modo a assegurar a correta execução das obras de reforma do Prédio do Centro de Convivência do Idoso, o atendimento aos prazos pactuados, a qualidade técnica dos serviços e a preservação do interesse público.

3.3.1. Assumir integral responsabilidade pela execução dos serviços, garantindo a qualidade, eficiência, regularidade e conformidade técnica da obra, respondendo por quaisquer danos materiais, ambientais, patrimoniais ou morais decorrentes de falhas, vícios, erros ou irregularidades na execução, que sejam causados direta ou indiretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, desde que comprovadamente imputáveis à sua atuação ou omissão.

3.3.2. Fornecer ao **CONTRATANTE**, sempre que solicitado, todas as informações, dados técnicos, relatórios, medições, documentos e esclarecimentos pertinentes à execução da obra, dentro dos prazos estabelecidos, de forma a assegurar a transparência, o controle técnico-administrativo e a plena fiscalização contratual.

3.3.3. Manter sigilo absoluto, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal, sobre quaisquer informações, documentos, projetos, especificações técnicas, estudos ou dados de natureza estratégica do **CONTRATANTE** ou de terceiros, aos quais venha a ter acesso em razão da execução do objeto contratual, sendo vedada sua divulgação, reprodução ou utilização para fins diversos daqueles estritamente necessários ao cumprimento do contrato.

3.3.4. Manter quadro de pessoal suficiente, qualificado e devidamente capacitado, incluindo

profissionais legalmente habilitados e registrados nos respectivos conselhos de classe, de modo a assegurar a continuidade dos serviços, evitar paralisações indevidas e cumprir o cronograma físico-financeiro, independentemente de férias, ausências, licenças, rescisões contratuais ou quaisquer outras intercorrências, sujeitando-se, em caso de descumprimento, às sanções previstas no contrato e na legislação vigente.

3.3.5. Proceder à substituição imediata, sempre que solicitado pela fiscalização do **CONTRATANTE**, do preposto, do responsável técnico ou de qualquer outro profissional que atue em desacordo com as disposições contratuais, normas técnicas, exigências legais ou que, de qualquer forma, comprometa a regularidade, a qualidade, a segurança ou o andamento da execução da obra, devendo a substituição ocorrer por profissional de qualificação técnica equivalente ou superior

3.3.6. Executar todos os serviços em estrita conformidade com o contrato, o projeto básico e/ou executivo, o memorial descritivo, as especificações técnicas, o cronograma físico-financeiro e demais documentos e anexos que integram o processo licitatório, observando rigorosamente as normas técnicas aplicáveis e as determinações da fiscalização.

3.3.7. Cumprir integralmente e sem atrasos os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro aprovado, bem como aqueles previstos nos demais instrumentos da contratação, adotando, às suas expensas, todas as medidas administrativas, técnicas e operacionais necessárias ao fiel cumprimento dos prazos pactuados.

3.3.8. Manter atualizados e plenamente operacionais os meios de comunicação informados ao **CONTRATANTE**, garantindo comunicação eficaz, contínua e tempestiva durante toda a execução contratual, inclusive para o atendimento de solicitações, notificações e determinações da fiscalização.

3.3.9. Disponibilizar, por sua exclusiva conta e risco, todas as ferramentas, equipamentos, máquinas, insumos, materiais e recursos humanos necessários à execução dos serviços, observando rigorosamente os padrões de qualidade, as especificações técnicas, as normas da ABNT, as exigências do INMETRO, quando aplicáveis, e demais condições previstas no contrato e em seus anexos.

3.3.10. Manter, em local visível e de fácil acesso no canteiro de obras, especialmente nas áreas de execução dos serviços, os projetos atualizados, memoriais descritivos, cadernos de encargos, ARTs/RRTs, alvarás, licenças, autorizações e demais documentos técnicos e legais, devidamente vigentes, à disposição da fiscalização do **CONTRATANTE** e dos órgãos de controle, sempre que solicitado.

3.3.11. Responsabilizar-se integralmente por todos os custos e despesas relacionados ao fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, encargos e demais insumos necessários à execução do contrato, desde o início dos serviços até o recebimento definitivo do objeto, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, cobrança adicional ou pleito financeiro não previsto contratualmente.

3.3.12. Responder, de forma exclusiva, por todos os custos decorrentes da execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando a salários, benefícios, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações legais, não cabendo ao **CONTRATANTE** qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária, nos termos da legislação vigente.

3.3.13. Arcar integralmente com as responsabilidades civis, trabalhistas, previdenciárias e securitárias decorrentes de acidentes de trabalho, danos pessoais ou materiais, ou quaisquer outros fatos relacionados direta ou indiretamente à execução da obra, isentando o **CONTRATANTE** de quaisquer ônus, encargos ou reclamações.

3.3.14. Adotar, sempre que tecnicamente viável, critérios de sustentabilidade ambiental, econômica e social, incorporando práticas construtivas que promovam a redução de desperdícios, o uso eficiente de materiais e energia, a gestão adequada dos resíduos da construção civil e o uso racional dos recursos naturais, em consonância com as diretrizes de sustentabilidade aplicáveis às obras públicas e à legislação ambiental vigente.

3.3.15. Providenciar, junto ao CREA ou CAU, todas as Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs ou Registros de Responsabilidade Técnica – RRTs necessários, abrangendo todas as especialidades envolvidas na execução da obra, bem como realizar a inscrição da obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO, observados os prazos legais e contratuais, sob pena de retenção dos pagamentos das medições, conforme previsto no contrato.

3.3.16. Cumprir rigorosamente todos os Códigos, Leis, Decretos, Portarias, Normas Técnicas e Regulamentos de âmbito federal, estadual e municipal, bem como as normas e exigências das concessionárias de serviços públicos e das entidades reguladoras aplicáveis à execução do objeto contratual, respondendo integralmente por quaisquer penalidades decorrentes de seu descumprimento.

3.3.17. Executar integralmente todos os serviços previstos no projeto básico e/ou executivo, no memorial descritivo e nas demais peças técnicas que integram a contratação, assegurando que a obra seja concluída em estrita conformidade com as especificações técnicas, os métodos construtivos previstos, as normas da ABNT e os padrões de qualidade e desempenho exigidos.

3.3.18. Manter, durante toda a execução contratual, profissional técnico legalmente habilitado, devidamente registrado junto ao CREA ou CAU e previamente aceito pelo **CONTRATANTE**, responsável por acompanhar e supervisionar a execução da obra, emitir e assinar orientações e relatórios técnicos, atestar medições, responder por eventuais ajustes técnicos necessários e assumir a responsabilidade integral pelos aspectos técnicos relacionados à execução do objeto.

3.3.19. Manter as áreas de trabalho, canteiro de obras e entorno permanentemente limpos, organizados e seguros, cumprindo rigorosamente as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho – NRs, assegurando o fornecimento, uso e fiscalização de uniformes, Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, bem como a adoção de medidas de proteção coletiva, visando à preservação da integridade física dos trabalhadores, da população, da fiscalização e do patrimônio público.

3.4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A **CONTRATANTE**, além do cumprimento das disposições legais e das condições estabelecidas no contrato e em seus anexos, obriga-se a observar integralmente as responsabilidades a seguir descritas, de modo a assegurar condições administrativas, técnicas e operacionais adequadas para a execução da obra de reforma do Prédio do Centro de Convivência do Idoso, bem como a efetiva fiscalização do cumprimento contratual.

3.4.1. Promover todas as condições administrativas, técnicas e operacionais necessárias à

execução do contrato, assegurando que as etapas da obra sejam realizadas de forma regular, contínua e ordenada, sem entraves imputáveis à Administração que possam comprometer o andamento dos serviços, viabilizando o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**.

3.4.2. Assegurar, quando necessário, o livre acesso das pessoas devidamente credenciadas pela **CONTRATADA** aos locais de execução da obra, permitindo a entrada, permanência e circulação de pessoal, materiais, equipamentos e veículos, desde que previamente autorizados e identificados, observadas as normas de segurança e sem prejuízo à normalidade das atividades da Administração Pública.

3.4.3. Providenciar a publicação do extrato do contrato e de seus eventuais aditivos no órgão oficial de divulgação dos atos administrativos do Município, assegurando a publicidade e a transparência dos atos administrativos, em conformidade com o art. 37 da Constituição Federal e com a Lei Federal nº 14.133/2021.

3.4.4. Controlar e acompanhar toda a execução do contrato por meio de fiscalização formalmente designada, exercendo o poder-dever de fiscalização, com vistas à verificação do cumprimento, pela **CONTRATADA**, das obrigações contratuais, abrangendo os aspectos técnicos, legais, administrativos, trabalhistas, previdenciários, ambientais e de segurança do trabalho pertinentes à execução da obra.

3.4.5. Designar gestor do contrato, responsável pelo acompanhamento sistemático da execução, atuando como elo entre a Administração Pública e a **CONTRATADA**, competindo-lhe emitir orientações, receber e analisar informações, registrar ocorrências, propor medidas corretivas e assegurar o cumprimento rigoroso das disposições contratuais e da legislação aplicável.

3.4.6. Disponibilizar à **CONTRATADA** todos os dados, projetos, especificações técnicas, licenças, autorizações e instruções complementares indispensáveis à execução da obra, assegurando que os serviços sejam realizados com base em informações claras, completas, atualizadas e tecnicamente adequadas, em conformidade com os padrões exigidos.

3.4.7. Fiscalizar a execução dos serviços por meio de representante técnico legalmente habilitado, com competência para verificar a conformidade de cada etapa da obra com o Projeto Básico, o Memorial Descritivo e as demais peças técnicas, determinando a correção de eventuais falhas, exigindo as regularizações necessárias e submetendo à autoridade superior as decisões que extrapolem sua competência fiscalizatória.

3.4.8. Emitir Ordem de Serviço com antecedência mínima de cinco (5) dias consecutivos da data prevista para o início da execução da obra, possibilitando à **CONTRATADA** a adequada mobilização de pessoal, equipamentos, máquinas e materiais necessários ao início regular dos serviços.

3.4.9. Analisar, por meio da Equipe de Fiscalização formalmente designada, os Boletins de Medição Mensais apresentados pela **CONTRATADA**, verificando a efetiva execução dos serviços, a conformidade dos quantitativos executados, o atendimento às especificações técnicas e às condições contratuais, com vistas à validação dos valores para pagamento, mediante as assinaturas do responsável técnico da **CONTRATADA** e do fiscal designado pela **CONTRATANTE**.

3.4.10. Fiscalizar o andamento da execução da obra, com ênfase no cumprimento dos prazos e dos marcos contratuais estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro, acompanhando o desempenho da **CONTRATADA** e determinando, quando necessário, os ajustes e correções cabíveis. A **CONTRATANTE** poderá, quando justificada por necessidade pública devidamente motivada, promover readequações no cronograma, desde que observados os limites legais e contratuais, sem prejuízo à qualidade, segurança e regularidade da obra.

Dessa forma, os dispositivos acima estabelecem os **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**, definindo de maneira clara, objetiva e fundamentada as condições técnicas, legais, operacionais e administrativas necessárias à adequada execução das obras reforma do Prédio do Centro de Convivência do Idoso, assegurando o cumprimento das obrigações pelas partes, a correta fiscalização contratual e a execução dos serviços em estrita conformidade com a legislação vigente, os projetos, os memoriais descritivos e as especificações técnicas que integram a contratação.

4. ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO:

“Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).”

Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, procedeu-se ao levantamento de mercado e à análise das alternativas disponíveis para atendimento da necessidade identificada, considerando critérios de viabilidade técnica, econômica, operacional, ambiental e de interesse público, com vistas à definição da solução mais vantajosa para a Administração Pública.

A análise das alternativas levou em consideração o estado atual da edificação do Centro de Convivência do Idoso, sua relevância social, a possibilidade de aproveitamento da estrutura existente, os custos envolvidos, os impactos operacionais durante a execução dos serviços e a aderência às políticas públicas voltadas à pessoa idosa.

4.1. Manutenção Corretiva Pontual da Edificação Existente:

A alternativa de realização apenas de manutenção corretiva pontual foi analisada, consistindo na execução de reparos isolados e intervenções mínimas destinadas à correção imediata de falhas aparentes da edificação.

Todavia, essa alternativa mostrou-se tecnicamente insuficiente e economicamente desvantajosa, por não contemplar de forma integral as inadequações estruturais, funcionais e de acessibilidade identificadas nos levantamentos técnicos. Intervenções dessa natureza tendem a apresentar caráter paliativo, com baixa durabilidade, não solucionando as causas dos problemas existentes, além de demandarem recorrentes gastos futuros com manutenções corretivas sucessivas.

Ademais, a adoção exclusiva de manutenção pontual não asseguraria a adequação do prédio às normas técnicas vigentes, especialmente no que se refere à acessibilidade, segurança, conforto e funcionalidade, comprometendo a qualidade do atendimento prestado à população idosa e a

efetividade da política pública desenvolvida no local.

4.2. Demolição da Edificação Existente e Construção de Novo Prédio:

Foi considerada, ainda, a alternativa de demolição da edificação existente e construção de um novo prédio destinado ao funcionamento do Centro de Convivência do Idoso.

Entretanto, essa alternativa mostrou-se antieconômica e desproporcional à necessidade identificada, uma vez que a estrutura existente apresenta condições técnicas que permitem sua recuperação e requalificação por meio de serviços de reforma. A demolição e reconstrução implicariam custos significativamente superiores, maior prazo de execução, aumento do impacto ambiental e interrupção prolongada das atividades socioassistenciais desenvolvidas no equipamento público.

Além disso, tal solução não se mostra alinhada aos princípios da economicidade, razoabilidade e sustentabilidade, previstos na Lei nº 14.133/2021, sobretudo quando existe alternativa tecnicamente viável que permite o aproveitamento da edificação existente, com melhor relação custo-benefício para a Administração Pública.

4.3. Reforma, Adequação e Modernização da Edificação Existente:

A alternativa de execução de serviços de reforma, adequação e modernização do Prédio do Centro de Convivência do Idoso mostrou-se a mais adequada e vantajosa sob os aspectos técnico, econômico, operacional e ambiental.

Essa solução permite a correção das patologias existentes, a adequação dos ambientes às normas de acessibilidade e segurança, a melhoria da funcionalidade dos espaços e a modernização das instalações prediais, garantindo melhores condições de uso, conforto e segurança aos usuários e servidores.

Do ponto de vista econômico, a reforma apresenta custo inferior quando comparada à construção de nova edificação, além de proporcionar maior aproveitamento dos investimentos já realizados, prolongar a vida útil do imóvel e reduzir despesas futuras com manutenções corretivas emergenciais.

Sob o aspecto ambiental, a reforma reduz a geração de resíduos da construção civil, o consumo de novos materiais e os impactos associados à demolição, estando alinhada às diretrizes de sustentabilidade aplicáveis às contratações públicas.

4.4. Contratação Integrada ou Semi-integrada:

Foi analisada, ainda, a possibilidade de adoção dos regimes de contratação integrada ou semi-integrada, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

Todavia, considerando que a Administração já dispõe de Projeto Básico, Memorial Descritivo e Especificações Técnicas devidamente elaborados, concluiu-se que tais regimes não se mostram os mais adequados para o caso concreto. A adoção de contratação integrada ou semi-integrada reduziria o nível de controle técnico e orçamentário da Administração, sem apresentar vantagens relevantes frente à solução adotada.

Dessa forma, a contratação tradicional, com base em projeto previamente definido e execução por

empreitada por preço global, assegura maior previsibilidade de custos, clareza do escopo, facilidade de fiscalização e segurança jurídica ao processo.

4.5 Conclusão da Análise das Alternativas

Após a análise comparativa das alternativas disponíveis no mercado, conclui-se que a reforma, adequação e modernização do Prédio do Centro de Convivência do Idoso constitui a solução mais viável, eficiente e economicamente vantajosa para a Administração Pública, atendendo de forma adequada ao interesse público, às políticas voltadas à pessoa idosa e aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, sustentabilidade e governança previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

“Fundamentação: Descrição da Solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).”

A solução proposta consiste na execução de serviços de reforma, adequação e modernização do Prédio do Centro de Convivência do Idoso, a partir de intervenções planejadas sobre a edificação existente, conforme definido no Projeto Básico, Memorial Descritivo e Especificação Técnica que integram o processo administrativo.

A solução adotada tem por finalidade corrigir deficiências estruturais, funcionais e de acessibilidade identificadas nos levantamentos técnicos, promovendo a requalificação dos ambientes internos e externos, a modernização das instalações prediais e a adequação do imóvel às normas técnicas vigentes, especialmente aquelas relacionadas à segurança, acessibilidade e conforto ambiental.

Sob o aspecto técnico, a reforma permite a implementação de soluções construtivas compatíveis com o estado atual da edificação, respeitando suas características físicas e estruturais, ao mesmo tempo em que assegura desempenho adequado, durabilidade e funcionalidade dos sistemas implantados.

Do ponto de vista operacional, a solução viabiliza a continuidade das atividades socioassistenciais desenvolvidas no equipamento público, reduzindo o tempo de indisponibilidade do serviço e minimizando impactos à população idosa atendida, quando comparada a soluções mais invasivas, como demolição e reconstrução.

Economicamente, a solução mostra-se mais vantajosa, por permitir o aproveitamento da estrutura existente, reduzir custos globais da contratação, evitar desperdício de recursos públicos e diminuir despesas futuras com manutenções corretivas, garantindo melhor relação custo-benefício ao longo da vida útil do imóvel.

5.1. ESCOPO DETALHADO DA SOLUÇÃO:

O escopo detalhado da solução compreende a execução integral das obras e serviços de reforma, adequação e modernização do Prédio do Centro de Convivência do Idoso, abrangendo todos os

serviços, fornecimentos, materiais, equipamentos, mão de obra especializada e atividades técnicas necessárias à entrega da edificação totalmente requalificada, em plenas condições de uso, segurança, acessibilidade e funcionamento, em estrita conformidade com o Projeto Básico, Memorial Descritivo, Especificações Técnicas e demais documentos que integram a contratação.

Integram o escopo da contratação, de forma completa e indissociável:

- a) Serviços preliminares, compreendendo mobilização e desmobilização, implantação e organização do canteiro de obras, instalações provisórias, sinalização, isolamento de áreas, locação da obra, proteção dos ambientes existentes e demais medidas necessárias à adequada execução dos serviços de reforma;
- b) Serviços de demolição controlada, remoções e adequações construtivas, incluindo retirada de elementos comprometidos, correções pontuais em sistemas existentes, adequações estruturais localizadas, recuperação de vedações verticais e horizontais, cobertura e demais elementos construtivos previstos em projeto, assegurando estabilidade, segurança e desempenho da edificação;
- c) Serviços de arquitetura e acabamentos, contemplando alvenarias, revestimentos internos e externos, pisos, forros, impermeabilizações, esquadrias, pinturas, sinalizações e acabamentos finais, observando padrões de qualidade, durabilidade, desempenho e conforto ambiental adequados ao uso público e ao atendimento da população idosa;
- d) Instalações prediais, abrangendo adequações e melhorias nos sistemas elétricos, iluminação, tomadas, aterramento, Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas – SPDA, instalações hidrossanitárias, drenagem, ventilação, climatização quando aplicável, bem como infraestrutura para dados, comunicação e demais sistemas previstos nos projetos;
- e) Adequações de acessibilidade e segurança, com implantação e adequação de rotas acessíveis, rampas, corrimãos, sanitários adaptados, sinalização tátil e visual, eliminação de barreiras arquitetônicas e atendimento às normas técnicas e de segurança aplicáveis, assegurando acessibilidade universal e uso seguro da edificação;
- f) Serviços complementares e adequação das áreas externas, incluindo acessos, calçadas, áreas de circulação, drenagem superficial, adequações do entorno imediato e integração funcional da edificação ao espaço urbano, quando previsto em projeto;
- g) Gestão ambiental da obra, compreendendo o correto manejo, segregação, armazenamento e destinação final dos resíduos da construção civil, adoção de práticas sustentáveis, controle de impactos ambientais e atendimento à legislação ambiental vigente;
- h) Limpeza final, testes, ajustes e verificações, assegurando o adequado funcionamento dos sistemas instalados ou reformados, bem como a entrega dos ambientes em condições adequadas de uso;
- i) Entrega da edificação reformada em plenas condições de uso, acompanhada de toda a documentação técnica e legal pertinente, incluindo ARTs/RRTs, registros, certificados, manuais, relatórios e demais documentos necessários ao recebimento provisório e definitivo do objeto.

O escopo detalhado da solução assegura que todas as etapas necessárias à reforma do Prédio do Centro de Convivência do Idoso sejam devidamente contempladas, desde os serviços preliminares até a entrega final da edificação reformada, garantindo a qualidade técnica, a funcionalidade dos espaços, a segurança dos usuários e servidores, a acessibilidade universal e a plena conformidade com os projetos, especificações técnicas e legislação vigente.

Dessa forma, a solução proposta viabiliza a adequada prestação das atividades socioassistenciais, assegura a efetividade do investimento público e atende plenamente ao interesse público, bem como aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e governança, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

“Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21”.

A estimativa das quantidades necessárias à execução dos serviços de reforma foi elaborada com base nos levantamentos técnicos realizados pela equipe de engenharia, nos projetos, no memorial descritivo e nas especificações técnicas, observando-se critérios de precisão, coerência e compatibilidade com a real necessidade da Administração.

As quantidades estimadas contemplam todos os serviços, materiais, insumos e atividades indispensáveis à execução integral da reforma, abrangendo intervenções estruturais pontuais, adequações arquitetônicas, instalações prediais, acessibilidade, acabamentos e serviços complementares.

Ressalta-se que os quantitativos foram definidos de forma criteriosa, buscando evitar tanto a superestimação, que poderia resultar em desperdício de recursos públicos, quanto a subestimação, que poderia comprometer a adequada execução do objeto e gerar necessidade de ajustes contratuais.

A definição precisa das quantidades contribui para maior confiabilidade do orçamento, melhor planejamento da execução e maior transparência do processo licitatório, em consonância com os princípios do planejamento e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Quadro Resumo da Contratação

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.
01	Contratação de empresa especializada em engenharia para a execução de serviços de reforma do Prédio do Centro de Convivência do Idoso, localizado na Rua Italiano, s/nº, Centro - Município de Careiro/AM.	Serv.	01

As principais quantidades estimadas para a execução da obra são as seguintes:

6.1. Serviços Preliminares e Indiretos:

- Tapume metálico para isolamento do canteiro e áreas de intervenção: quantitativos conforme necessidade de isolamento dos ambientes em reforma;
- Placa de identificação da obra: 6,00 m²;
- Barracão ou estrutura de apoio ao canteiro: aproximadamente 10,00 m²;
- Mobilização e desmobilização de canteiro: 01 unidade;
- Administração local da obra: conforme prazo estimado de execução definido em projeto.

6.2. Serviços de Levantamento, Demolição e Adequações Construtivas:

- Locação e marcação dos serviços de reforma: conforme áreas de intervenção levantadas em projeto;
- Demolições controladas de elementos existentes (revestimentos, pisos, paredes não estruturais e coberturas comprometidas): quantitativos conforme projeto arquitetônico e memorial descritivo;
- Remoção de entulhos e materiais inservíveis: conforme volumes estimados em projeto.

6.3. Estrutura e Recuperações Pontuais:

- Reparos e reforços estruturais localizados em concreto armado, quando previstos: quantitativos conforme projeto estrutural e inspeções técnicas;
- Concretagens pontuais para regularizações, bases, calçadas e adequações: quantitativos conforme projeto;
- Armações em aço para reforços localizados: quantitativos conforme detalhamento técnico.

6.4. Alvenaria, Vedações e Adequações de Ambientes:

- Execução e recomposição de alvenarias de vedação em blocos cerâmicos ou equivalentes: quantitativos conforme áreas levantadas em projeto;
- Adequações de divisórias internas, fechamentos técnicos e ajustes de layout: conforme projeto arquitetônico.

6.5. Revestimentos e Acabamentos:

- Chapisco em paredes internas e externas: quantitativos conforme áreas de intervenção;
- Emboço e/ou massa única em paredes internas e externas: conforme levantamento em projeto;
- Revestimentos cerâmicos em paredes e pisos: quantitativos conforme ambientes definidos;

- Execução e recuperação de pisos internos, passeios e áreas externas: quantitativos conforme projeto.

6.6. Esquadrias:

- Substituição, recuperação ou instalação de portas em madeira, alumínio ou metálicas: quantidades conforme tipologia dos ambientes;
- Janelas em alumínio ou material equivalente, incluindo ajustes e substituições necessárias: quantitativos conforme projeto arquitetônico.

6.7. Instalações Hidrossanitárias:

- Tubulações em PVC para água fria, esgoto sanitário e drenagem pluvial: quantitativos estimados em projeto, em diversos diâmetros;
- Louças sanitárias:
 - Vasos sanitários com caixa acoplada: quantitativos conforme projeto;
 - Lavatórios, cubas e tanques: quantitativos conforme ambientes;
- Metais e acessórios (torneiras, registros, ralos, barras de apoio e demais itens): quantitativos conforme planilha orçamentária.

6.8. Instalações Elétricas e Sistemas Complementares:

- Eletrodutos em PVC rígido, corrugado ou metálico: quantitativos conforme projeto elétrico;
- Cabos elétricos de cobre em diversos bitolas: quantitativos estimados conforme levantamento técnico;
- Caixas de passagem, interruptores e tomadas: quantitativos conforme ambientes e layout;
- Luminárias internas, externas e iluminação de emergência: quantitativos conforme projeto;
- Sistema de aterramento e Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas – SPDA: adequações e complementações conforme projeto.

6.9. Adequações de Acessibilidade e Segurança:

- Implantação e adequação de rampas, corrimãos e guarda-corpos: quantitativos conforme projeto;
- Adequação de sanitários acessíveis: quantitativos conforme normas técnicas;
- Sinalização tátil, visual e de segurança: quantitativos conforme especificações técnicas.

Ressalta-se que as quantidades acima refletem as grandezas físicas predominantes da reforma, sendo que o detalhamento completo dos quantitativos encontra-se devidamente discriminado na Planilha Orçamentária, a qual integra o processo administrativo e servirá de base para a execução, medição, fiscalização e pagamento dos serviços contratados.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

“Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21”.

A estimativa do valor da contratação para a reforma do Prédio do Centro de Convivência do Idoso, localizado na Rua Italiano, s/nº, Centro - Município de Careiro/AM, foi elaborada com base no orçamento detalhado constante da Planilha Orçamentária Sintética, a partir dos quantitativos levantados em projeto e dos custos unitários obtidos em bases oficiais de referência, tais como SINAPI, ORSE, SBC, CPOS/CDHU, IOPES, SIURB e EMOP, observadas as respectivas datas-bases indicadas no orçamento.

O valor estimado da contratação considera a aplicação do BDI – Bônus e Despesas Indiretas, fixado em 28,35%, contemplando, dentre outros componentes, as despesas indiretas, administração central e local, tributos, seguros, riscos e a remuneração do construtor, conforme metodologia adotada para obras públicas.

Dessa forma, o valor global estimado da contratação, já incluído o BDI, é de:

R\$ 486.401,44 (quatrocentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e um reais e quarenta e quatro centavos).

Ressalta-se que o valor estimado foi apurado de maneira criteriosa, compatível com os quantitativos previstos, a tipologia do Prédio do Centro de Convivência do Idoso e os preços praticados no mercado, refletindo a real necessidade da Administração Pública para a execução integral do objeto, em observância aos princípios da economicidade, razoabilidade, planejamento e eficiência.

Eventuais variações de preços durante a execução contratual somente poderão ocorrer nos estritos limites legais, mediante justificativa técnica devidamente fundamentada, observância às normas aplicáveis e formalização por meio de instrumento próprio, conforme dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

“Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da contratação. (Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21”.

Em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, procedeu-se à análise quanto à conveniência e à viabilidade do parcelamento da contratação referente aos serviços de reforma, adequação e modernização do Prédio do Centro de Convivência do Idoso.

Após avaliação técnica, conclui-se que não se mostra recomendável o parcelamento do objeto, devendo a contratação ocorrer de forma global, sob o regime de empreitada por preço global,

pelos motivos a seguir expostos:

- a) A reforma constitui um conjunto técnico indivisível, cujas etapas possuem elevada interdependência construtiva, funcional e operacional, de modo que a execução fragmentada pode comprometer a compatibilidade entre os serviços, a qualidade final da edificação e o desempenho adequado dos sistemas prediais reformados;
- b) O parcelamento da contratação tende a gerar dificuldades de coordenação e gerenciamento, aumento dos riscos de incompatibilidades técnicas, conflitos de responsabilidade entre diferentes contratadas, atrasos na execução e prejuízos ao cumprimento do cronograma físico-financeiro da obra;
- c) A execução dos serviços por uma única empresa especializada, sob regime de empreitada por preço global, possibilita maior controle técnico, administrativo e financeiro, facilita a fiscalização contratual, a responsabilização da contratada e a garantia da qualidade, da integração e da conformidade dos serviços executados;
- d) Sob o aspecto econômico, a contratação global mostra-se mais eficiente e vantajosa, ao reduzir custos indiretos, evitar sobreposição de despesas administrativas, mitigar riscos de retrabalho e minimizar a possibilidade de reajustes decorrentes de atrasos, descontinuidade ou falhas de integração entre diferentes contratos;
- e) O parcelamento do objeto não se revela capaz de ampliar de forma significativa a competitividade do certame, considerando que o mercado dispõe de empresas com capacidade técnica, operacional e financeira suficientes para executar, de forma integral, serviços de reforma de edificações públicas com porte e complexidade compatíveis com o objeto em análise.

Dessa forma, conclui-se que a não divisão do objeto atende ao interesse público, assegura a eficiência da contratação, a qualidade técnica da reforma, a segurança jurídica do contrato e a adequada aplicação dos recursos públicos, em consonância com os princípios do planejamento, economicidade, eficiência e governança, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

“Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).”

Em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado e análise das contratações correlatas e/ou interdependentes necessárias à adequada execução e posterior funcionamento do Prédio do Centro de Convivência do Idoso, com vistas a assegurar a compatibilidade entre as soluções adotadas e a efetividade da contratação principal.

A contratação ora analisada refere-se exclusivamente à execução dos serviços de reforma, adequação e modernização da edificação existente, abrangendo as intervenções civis e de engenharia previstas nos projetos, especificações técnicas e escopo definido no presente Estudo Técnico Preliminar.

Para a plena utilização e operacionalização do equipamento público após a conclusão da reforma, identificam-se, entretanto, contratações correlatas, a serem promovidas de forma posterior ou paralela, de acordo com o planejamento da Administração, destacando-se, entre outras:

- a) Aquisição de mobiliário, incluindo mesas, cadeiras, armários, bancadas, estantes e demais itens necessários ao desenvolvimento das atividades socioassistenciais e administrativas do Centro de Convivência do Idoso;
- b) Aquisição de equipamentos e materiais permanentes, tais como equipamentos recreativos, de convivência, apoio às atividades coletivas e demais itens compatíveis com a finalidade social do equipamento;
- c) Contratação de serviços de manutenção predial e de sistemas, após a entrega definitiva da reforma, quando aplicável, visando à preservação das condições físicas e funcionais da edificação;
- d) Eventual contratação de serviços especializados para implantação, adequação ou manutenção de sistemas específicos não contemplados no escopo da obra, tais como tecnologia da informação, comunicação de dados, sistemas de segurança, controle de acesso e outros sistemas de apoio.

Ressalta-se que tais contratações possuem natureza distinta da obra de engenharia e, portanto, não devem ser integradas ao objeto da contratação principal, sob pena de comprometer a adequada definição do escopo, a competitividade do certame e a economicidade da contratação, em desacordo com as boas práticas de planejamento e gestão de contratações públicas.

Sob os aspectos técnico e econômico, a adoção de contratações separadas para os objetos correlatos mostra-se mais vantajosa, por permitir maior especialização dos fornecedores, melhor controle da execução, maior flexibilidade na adequação às necessidades específicas de cada objeto e mitigação de riscos contratuais, sem prejuízo à execução da obra principal.

Conclui-se, assim, que a contratação dos serviços de reforma do Prédio do Centro de Convivência do Idoso não possui interdependência obrigatória com outras contratações que justifique sua agregação, sendo plenamente viável e recomendável sua execução de forma autônoma, desde que observadas as providências de planejamento necessárias para assegurar a plena utilização do equipamento público após a conclusão da reforma.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:

“Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21”.

Em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação referente aos serviços de reforma, adequação e modernização do Prédio do Centro de Convivência do Idoso encontra-se alinhada ao planejamento estratégico e orçamentário da Administração Pública Municipal, estando compatível com as diretrizes e prioridades

estabelecidas para o respectivo exercício.

A referida contratação está prevista no Plano de Contratações Anual – PCA, quando elaborado, ou integra o planejamento setorial da Secretaria Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e com as políticas públicas voltadas à promoção do envelhecimento ativo, à convivência comunitária e ao fortalecimento de vínculos familiares e sociais da população idosa.

O objeto da contratação harmoniza-se, ainda, com o planejamento orçamentário municipal, encontrando respaldo na Lei Orçamentária Anual – LOA e no Plano Plurianual – PPA, quando aplicável, assegurando a existência de dotação orçamentária específica e a viabilidade financeira para a execução da reforma, em observância aos princípios da legalidade, do planejamento, da responsabilidade fiscal e da boa governança.

Adicionalmente, a contratação guarda alinhamento com políticas públicas federais e estaduais de investimento em infraestrutura social, especialmente aquelas voltadas ao fortalecimento da rede socioassistencial e à melhoria das condições físicas dos equipamentos públicos destinados ao atendimento da pessoa idosa, reforçando a coerência entre o planejamento municipal e as diretrizes intergovernamentais.

Dessa forma, resta demonstrado que a contratação dos serviços de reforma do Prédio do Centro de Convivência do Idoso não constitui ação isolada, mas integra um conjunto de ações planejadas e priorizadas pela Administração Pública Municipal, assegurando coerência entre o planejamento institucional, a programação orçamentária e a execução da política pública de assistência social, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS:

”Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.”

Com a contratação e execução dos serviços de reforma, adequação e modernização do Prédio do Centro de Convivência do Idoso, o Município de Careiro/AM, pretende alcançar os seguintes resultados:

- a) Qualificação da infraestrutura socioassistencial, por meio da requalificação de um equipamento público destinado ao atendimento da população idosa, assegurando ambientes mais adequados, funcionais e compatíveis com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social – PNAS e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- b) Melhoria do acesso da população idosa às atividades socioassistenciais, culturais, recreativas e de convivência comunitária, reduzindo barreiras físicas, promovendo inclusão social e garantindo atendimento mais próximo, humanizado e adequado às especificidades desse público;
- c) Elevação da qualidade dos serviços e atividades desenvolvidas, com a disponibilização de

espaços adequados para convivência, oficinas, atividades coletivas, atendimento técnico e ações de fortalecimento de vínculos, assegurando melhores condições de uso pelos beneficiários;

- d) Melhoria das condições de trabalho dos profissionais e equipes técnicas, por meio de ambientes mais seguros, acessíveis, confortáveis e compatíveis com as atividades desenvolvidas, contribuindo para maior eficiência, produtividade e qualidade do atendimento prestado;
- e) Adequação integral da edificação às normas técnicas e de acessibilidade, promovendo segurança, inclusão, conforto ambiental e conformidade com a legislação vigente, especialmente no que se refere à acessibilidade universal e à proteção da pessoa idosa;
- f) Redução de custos futuros com manutenções corretivas, em razão da requalificação da edificação existente, com melhoria do desempenho dos sistemas construtivos, aumento da durabilidade e prolongamento da vida útil do imóvel;
- g) Fortalecimento da rede municipal de assistência social, contribuindo para a efetividade das políticas públicas voltadas à promoção do envelhecimento ativo, da convivência social e da melhoria da qualidade de vida da população idosa atendida;
- h) Efetividade do investimento público, assegurando que os recursos aplicados resultem em benefícios concretos, mensuráveis e duradouros para a coletividade, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, governança e interesse público.

Dessa forma, os resultados pretendidos refletem não apenas a entrega de uma edificação reformada, mas a consolidação de uma política pública essencial, voltada à valorização da pessoa idosa, ao fortalecimento do convívio social e ao atendimento das necessidades atuais e futuras da população do Município de Careiro/AM.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

“Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.”

Em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração Pública deverá adotar, previamente à celebração do contrato referente aos serviços de reforma, adequação e modernização do Prédio do Centro de Convivência do Idoso, as seguintes providências, com vistas a assegurar a adequada execução contratual, o controle efetivo dos serviços e a observância dos princípios da legalidade, eficiência, planejamento e governança:

- a) Conclusão, validação e aprovação dos projetos técnicos pertinentes à reforma, incluindo projeto arquitetônico, estrutural (quando aplicável), elétrico, hidrossanitário, SPDA, acessibilidade e demais projetos complementares, bem como do memorial descritivo, das

planilhas orçamentárias e do cronograma físico-financeiro;

- b) Verificação da disponibilidade orçamentária e financeira, com a devida reserva de dotação específica na Lei Orçamentária Anual – LOA, assegurando a compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA e demais instrumentos de planejamento, quando aplicáveis;
- c) Designação formal do gestor do contrato e da equipe de fiscalização, composta por servidores ou empregados públicos com competência técnica compatível com o objeto, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;
- d) Capacitação e/ou orientação dos servidores designados para a gestão e fiscalização contratual, quando necessário, especialmente quanto às rotinas de acompanhamento de obras de reforma, medições, controle de prazos, verificação da qualidade dos serviços e aplicação de sanções contratuais;
- e) Elaboração e aprovação do edital de licitação e de seus anexos, incluindo minuta de contrato, critérios de medição e pagamento, exigências de habilitação técnica e econômico-financeira, bem como garantias contratuais, em conformidade com a legislação vigente;
- f) Obtenção de licenças, autorizações e alvarás necessários, junto aos órgãos competentes, quando exigíveis, para o início da execução dos serviços de reforma;
- g) Definição dos procedimentos internos de fiscalização e comunicação, estabelecendo fluxos de informação entre a Administração, a fiscalização e a futura contratada, de modo a garantir eficiência, rastreabilidade, transparência e controle dos atos administrativos;
- h) Adequação do ambiente organizacional, quando necessário, para o adequado recebimento, acompanhamento e fiscalização da reforma, incluindo a organização de arquivos, sistemas de controle, registros documentais e estrutura administrativa compatível com a gestão contratual.

A adoção dessas providências prévias é essencial para mitigar riscos, evitar atrasos, assegurar a correta execução do objeto e garantir que a contratação alcance os resultados pretendidos, em consonância com os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, governança e interesse público, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

“Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)”.

Em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso XII, da Lei Federal nº 14.133/2021, procede-se à identificação dos possíveis impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços de reforma, adequação e modernização do Prédio do Centro de Convivência do Idoso, bem como

das medidas mitigadoras a serem adotadas, visando à redução de impactos negativos e à promoção da sustentabilidade ambiental.

13.1. Possíveis Impactos Ambientais:

Durante a fase de execução da reforma, poderão ocorrer, dentre outros, os seguintes impactos ambientais:

- a) Geração de resíduos da construção civil, tais como restos de concreto, argamassa, revestimentos, embalagens, madeiras, metais e resíduos oriundos de demolições e remoções controladas;
- b) Consumo de recursos naturais, especialmente água, energia elétrica e materiais de construção, necessários à execução dos serviços;
- c) Emissão de poeira, ruídos e vibrações, decorrentes da utilização de máquinas, equipamentos e da execução de serviços típicos de obras de reforma;
- d) Risco de contaminação do solo e da água, em razão do manuseio inadequado de combustíveis, óleos, tintas, solventes e outros produtos químicos utilizados durante a obra;
- e) Alterações temporárias no entorno imediato da edificação, incluindo aumento pontual do tráfego de veículos, interferências nas áreas de circulação e impactos visuais temporários.

13.2. Medidas Mitigadoras e Práticas Sustentáveis:

Para minimizar os impactos ambientais identificados, deverão ser adotadas, no mínimo, as seguintes medidas:

- a) Gestão adequada dos resíduos da construção civil, com segregação, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, priorizando a reutilização e a reciclagem, em conformidade com a legislação ambiental vigente;
- b) Adoção de práticas de uso racional de recursos naturais, incluindo o controle do consumo de água e energia durante a execução dos serviços, bem como a utilização de equipamentos eficientes e procedimentos que reduzam desperdícios;
- c) Emprego de soluções construtivas e operacionais sustentáveis, tais como aproveitamento da iluminação e ventilação naturais existentes, uso de materiais com menor impacto ambiental e técnicas que favoreçam a eficiência energética, quando aplicável;
- d) Controle de poeira, ruídos e vibrações, mediante umedecimento de áreas, manutenção adequada de máquinas e equipamentos, utilização de equipamentos de proteção coletiva e observância dos horários permitidos para execução dos serviços;
- e) Armazenamento adequado de materiais, insumos e produtos químicos, evitando vazamentos e contaminações, com adoção de procedimentos de segurança e planos de resposta a emergências, quando necessário;
- f) Adoção de práticas de logística reversa, quando aplicável, para a destinação adequada de embalagens, resíduos recicláveis e refugos, em atendimento às normas ambientais e às diretrizes de sustentabilidade;

- g) Capacitação e orientação dos trabalhadores quanto às boas práticas ambientais, ao correto manejo de resíduos e ao cumprimento das normas de segurança e proteção ambiental durante a execução da reforma.

A adoção das medidas mitigadoras descritas contribuirá para a redução dos impactos ambientais, o uso eficiente dos recursos naturais e a sustentabilidade da contratação, assegurando que a execução dos serviços ocorra em conformidade com a legislação ambiental vigente, os princípios da responsabilidade socioambiental e os objetivos do desenvolvimento sustentável, conforme preconiza a Lei Federal nº 14.133/2021.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:

“Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (Inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21”.

Com base nas análises técnicas, econômicas, operacionais, ambientais e legais desenvolvidas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar – ETP, declara-se viável a contratação para a execução de serviços de reforma do Prédio do Centro de Convivência do Idoso, localizado na Rua Italiano, s/nº, Centro - Município de Careiro/AM.

Restou demonstrado que a solução proposta atende de forma adequada à necessidade da Administração Pública, apresenta viabilidade técnica e operacional, compatibilidade com o planejamento institucional e orçamentário, conformidade com a legislação vigente, especialmente com a Lei Federal nº 14.133/2021, bem como aderência às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e às normas técnicas aplicáveis.

Verificou-se, ainda, que o valor estimado da contratação é compatível com os preços praticados no mercado, que os riscos identificados são controláveis mediante a adoção das medidas mitigadoras previstas neste ETP e que a contratação contribuirá de forma significativa para a melhoria da infraestrutura socioassistencial, a qualificação dos serviços e atividades desenvolvidas no Centro de Convivência do Idoso e o atendimento ao interesse público.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida encontra-se adequadamente fundamentada, devidamente justificada e recomendada para prosseguimento, podendo a Administração Pública adotar as providências necessárias à instauração do processo licitatório, nos termos da legislação aplicável.

Careiro/AM, 22 de janeiro de 2026.

NEILSON DE SENA COSTA
Secretário M. de Assistência Social
Portaria nº 003 de 02/01/25

REYNALDS LUCAS NASCIMENTO DE SOUZA
Responsável Técnico
CREA: 35650AM
ART/RRT: AM20260573328